



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
- Gabinete do Prefeito -

OFÍCIO Nº 2703/2022

Em 28 de setembro de 2022.

Ao
Excelentíssimo Senhor
ALUÍSIO BOI
MD. Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887
ARARAQUARA/SP

Câmara Municipal de Araraquara
Protocolo: 8837/2022 de 04/10/2022 17:05
Documento: Resposta nº 1 à Indicação nº 4127/2022
Interessado: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
- CHEFIA GABINETE
Destinatário: GER. DE EXPEDIENTE LEGISLATIVO.

Senhor Presidente:

Com os nossos respeitosos cumprimentos, em resposta à indicação número **4127/2022**, de autoria do Vereador **JOÃO CLEMENTE**, sobre o assunto, em anexo, encaminhamos manifestação prestada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Na oportunidade, renovamos os protestos de nossa estima e consideração.

Atenciosamente,


ALAN SILVA
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

OFÍCIO Nº 678/2022

Em 19 de setembro de 2022

Ao
Ilmo. Senhor
SINVAL ALAN FERREIRA SILVA
Chefe de Gabinete

Ref.: - Indicação nº 4.127/2.022

Com nossos cordiais e respeitosos cumprimentos, em atenção a **Indicação nº 4.127/2022** do vereador João Clemente, anexamos a manifestação da Gerência de Áreas de Proteção Ambiental.

Nesta oportunidade, renovamos os protestos de nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente,



GELSON CALDEIRA DANTAS

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade



desenvolvidos para obrigações juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de carbono. Neste encontro foi reconhecido que os países desenvolvidos eram mais responsáveis pelas altas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do que os países em desenvolvimento dando início a conversas que levariam ao Protocolo de Kyoto assinado na COPE-3 de 1997.

Esta Conferência se destacou por seus avanços nas metas de redução de GEE frente a outras conferências ambientais, ficando conhecida como uma conferência sobre mudança climática que revolucionou as relações políticas e deu aos países em desenvolvimento mais voz nas decisões, culminando em um protocolo que especifica as metas nacionais de emissão para os membros da conferência.

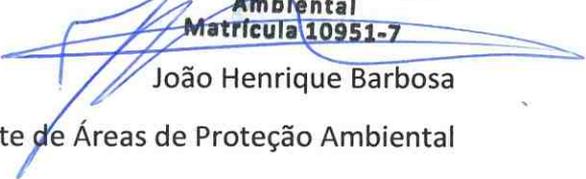
Fechamos esta evolução com a COP21 e o Acordo de Paris, um documento inovador no mundo da diplomacia climática. Pela primeira vez em duas décadas, um acordo universal sobre o clima, que era juridicamente vinculativo, foi finalmente alcançado.

Estas ações internacionais criaram no país metas de redução das emissões de CO2 vinculadas e a criação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, a reformulação do Código Florestal com a criação do Cadastro Ambiental Rural, além de políticas estaduais como o Programa Município Verde Azul do qual somos signatários deste 2008 que atende metas de reflorestamento, recomposição florestal, melhorias da qualidade do ar, entre outros conforme SIMA 81/2021.

Neste sentido entendemos que já existem iniciativas municipais, estaduais e federais que estão sendo realizadas e que acolhem as propostas deste ousado projeto, e que, portanto, não há necessidade de adesão a este projeto que inclusive não se encontra em vigor podendo apenas ser utilizado como bibliografia.

Araraquara 14/09/2022

João Henrique Barbosa
Gerente Áreas de Proteção
Ambiental
Matrícula 10951-7


João Henrique Barbosa
Gerente de Áreas de Proteção Ambiental



A Ilma Sra. Luciana Fernandes

Coordenadoria Executiva de Áreas Verdes e Combate à Poluição,

Resposta à Indicação nº 4127/2022

A mudança do clima global é um dos mais significativos desafios da atualidade e gera uma busca contínua por mecanismos de redução das emissões de CO₂ e sequestro de carbono. Neste sentido o Projeto Floram, desenvolvido em 1990 no âmbito do Instituto de Estudos Avançados da USP, foi uma proposta brasileira pioneira de um projeto de florestamento com foco principal no sequestro de carbono.

Apesar de metas e ótimas propostas o Projeto Floram ele foi acolhido e realizado pelo setor privado, principalmente pelos setores de papel e celulose e siderúrgico. Adesão gerada pela necessidade de matéria prima, como estratégia de produção assegurando uma economia de baixo carbono. Suas estratégias foram unanimemente validadas pelas indústrias de base florestal, com florestamento de nativas e conservação de áreas, propiciando a conservação da biodiversidade e a economia sustentável.

No âmbito público o cenário também evolui ao longo destes 32 anos da idealização deste projeto. Podemos iniciar referenciando a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) realizada no Rio de Janeiro em 1992 que também ficou conhecida como Cúpula da Terra ou Cúpula do Rio que pediu aos governos mundiais que reconsiderassem o impacto ambiental das decisões políticas e dos projetos econômicos e deu impulso ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), que atualmente um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. Além disso, foram assinados documentos importantes como A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e Princípios Florestais.

Em 1995 foi realizada a primeira de todas as COPs - Conferência das Partes em Berlim, que se concentrou nas habilidades dos países para desenvolver políticas relacionadas às mudanças climáticas, envolvendo as negociações com líderes de países